

AGRO SUSTENTÁVEL

*** Roberto Rodrigues**

Os números mais recentes sobre o crescimento do agro brasileiro mostram um significativo avanço na questão da sustentabilidade. Nos últimos 20 anos, por exemplo, a área plantada com grãos no país cresceu 40%, enquanto a produção cresceu 220%, graças as novas tecnologias que permitiram aumento da produtividade por área cultivada. Do ponto de vista da sustentabilidade, o resultado disso é que hoje são usados 53 milhões de hectares para o plantio de grãos no país; se tivéssemos a mesma produtividade de 20 anos atrás, seriam necessários mais 66 milhões de hectares. Estes, portanto, foram preservados!

A corrente de produção da cana-de-açúcar tem dados parecidos, assim como as carnes e o leite: mais produção por área. Tudo indica que este modelo continuará prevalecendo nos próximos anos: as pesquisas e experimentações levadas a efeito em nossas instituições de tecnologia perseguem o mesmo objetivo que é reduzir a demanda por novas áreas. Políticas públicas específicas tem ajudado neste contexto: é o caso dos programas sobre ABC lançados pelo Ministério da Agricultura, com 6 diferentes ações. Dentre elas, a integração lavoura/pecuária, a recuperação das pastagens degradadas e o plantio de mais florestas (já temos 7 milhões de hectares com esta atividade!) são muito relevantes. Outras práticas, como o plantio direto, já estão sendo realizadas há vários anos, e o Brasil é o país com a segunda maior área com esta tecnologia no mundo.

Nossa legislação de biossegurança é bastante rigorosa, de modo que o lançamento de novas sementes geneticamente modificadas só acontece após um rigoroso processo de avaliação e controles em várias instâncias diferentes. Por esta razão, muitos países tem procurado o Brasil para organizar suas próprias leis a respeito da transgenia.

A crescente conscientização dos produtores rurais com as questões sociais e ambientais também tem contribuído para a melhor sustentabilidade do setor rural, incluindo a preocupação com o uso da água. Legislações recentes, como o Código Florestal e a obrigatoriedade do CAR são outros fatores estimulantes, de modo que o horizonte “agro sustentável” é bastante positivo.

No entanto, algumas nuvens se acumulam no horizonte.

Uma delas tem a ver com a intensificação da produção de grãos. Isso tem levado ao surgimento de novas pragas e doenças, e até mesmo a alguma resistência de pragas antigas aos tratamentos fitossanitários com defensivos aprovados pelo governo, e, como resultado, o número de aplicações de defensivos tem crescido exageradamente.

No caso da soja, já há notícias de mais de 5 pulverizações num único ciclo e, no algodão, um número impressionante de 17 vezes!

É evidente que tal prática não é sustentável, seja do ponto de vista econômico, uma vez que os custos sobem muito, seja do ponto de vista ambiental.

Trava-se, neste terreno, uma surda batalha entre órgãos públicos e também entre o setor privado e o governo. A liberação de uma nova molécula de defensivos

tem que passar pelo crivo da Anvisa, do Ibama e do MAPA. Este processo burocrático – sem falar em ideologia – chega a durar mais de 5 anos. Com isso, novas moléculas mais modernas e menos agressivas ambientalmente não são liberadas, e as pragas proliferam. Pior, acaba acontecendo a necessidade de uso de defensivos já superados em outros países, o que nos fragiliza comercialmente.

Este fenômeno não se dá só com grãos, mas também na fruticultura e na horticultura.

A agilização destas liberações é fundamental, bem como a atenção dos produtores rurais para com as boas práticas agrícolas.

Há outros temas na agenda da sustentabilidade, na área social, que também se apresentam como problemas no campo, entre as quais o das terras indígenas. Tema polêmico e politizado, bastaria seguir a Constituição de 1988, que estabelece claramente que terra indígena é aquela ocupada por índios no dia da promulgação da nova Constituição. Portanto, não deveria haver nenhuma dúvida a respeito. Mas a proliferação de instituições tratando do assunto, a burocratização e o radicalismo vem perturbando a definição das demarcações.

Em resumo: no que tange a tecnologia, estamos avançando positivamente. No que diz respeito a burocracia, nem tanto.

Em ano eleitoral, governos em geral decidem muito em função dos votos potenciais que cada decisão pode gerar. Mas isso já é outra sustentabilidade...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)**